

REQUERIMENTO Nº /2025



Requer a dispensa dos interstícios e prazos para apreciação e deliberação da Medida Provisória 02/2025.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 72 e 119, XVI, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, que sejam dispensados os interstícios regimentais e os prazos previstos no art. 197, §1º do Regimento Interno, para apreciação e deliberação da Medida Provisória 02/2025, que “Reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – RPPS-T, e adota outras providências”.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2025.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**  
Presidente

Deputado **LEO BARBOSA**  
1º Vice-Presidente

Deputado **CLEITON CARDOSO**  
2º Vice-Presidente

Deputado **VILMAR DE OLIVEIRA**  
1º Secretário

Deputada **Profª JANAD VALCARI**  
2ª Secretária

Deputado **LUCIANO OLIVEIRA**  
3º Secretário

Deputado **MARCUS MARCELO**  
4º Secretário



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**ESTADO DO TOCANTINS**

**REQUERIMENTO /2025**

Requer, nos termos do art. 67, § 4º e art. 70 do Regimento Interno, convocação de Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Os Deputados abaixo assinados, nos termos do art. 67, § 4º e art. 70, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requerer **CONVOCAÇÃO** de Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, para a deliberação das Medidas Provisórias 02, 03 e 04, todas de 2025, de autoria do Governador do Estado, em tramitação na referida Comissão.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2025.

Deputado **NILTON FRANCO**

Deputado **VALDEMAR JUNIOR**

Deputado **LEO BARBOSA**

Deputado **EDUARDO MANTOAN**

Deputado **EDUARDO FORTES**

Deputado **GUITIERRES TORQUATO**

Deputado **GIPÃO**

Deputado **LUCIANO OLIVEIRA**

Deputado **Prof. JUNIOR GEO**



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



## DESPACHO

Nomeio Relator(a) o(a) Senhor(a) Deputado(a).....OLYNTIO NETO.....  
referente ao(a) MP / 02 / 2025, na Reunião Conjunta das Comissões  
de **Constituição, Justiça e Redação, Finanças, Tributação, Fiscalização e**  
**Controle e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes,**  
**Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.**

Sala das Comissões, 13 de maio de 2025.

  
Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**  
Presidente da comissão de Constituição < Justiça e Redação.



**REFERÊNCIA:** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 02/2025

**AUTOR:** Governador do Estado do Tocantins

**ASSUNTO:** Reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – RPPS-T, e adota outras providências

**RELATOR:** Deputado OLYNTHO NETO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO TRABALHO, DEFESA DO**  
**CONSUMIDOR, TRANSPORTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO**  
**PÚBLICO**

**PARECER**

O Chefe do Poder Executivo do Estado do Tocantins submete à apreciação desta Casa, a Medida Provisória nº 02/2025, que “Reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – RPPS-T, e adota outras providências”.

Aduz o autor que trata-se de medida voltada a atualizar os benefícios previdenciários destinados aos segurados e pensionistas que não possuem direito à paridade, nos termos do §8º do art. 40 da Constituição Federal, considerando, ainda, as disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Sustenta que em âmbito estadual, a iniciativa encontra respaldo no art. 59 da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023, que rege o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins, e que estabelece a obrigatoriedade de preservação do valor real dos benefícios, nos termos fixados em legislação própria.

Informa, ainda, que contextualizo que, no dia 13 de janeiro de 2025, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria Interministerial MPS/MF nº 6, de 10 de janeiro de 2025, expedida pelos Ministérios da Previdência Social e da Fazenda, que reajustou em 4,77% os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro

Social – INSS, sendo esse o índice adotado na presente Medida Provisória para a atualização dos benefícios do IGEPREV-TOCANTINS.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 27, §§ 3º a 9º, da Constituição Estadual, e artigos 197 a 202, do Regimento Interno desta Casa.

Conforme o requerimento aprovado foi dispensado os prazos emendas.

Vem a esta Comissão conjunta a qual cabe à análise da constitucionalidade, legalidade, da boa técnica legislativa, questões tributárias, orçamentário-financeiras e quanto ao mérito.

Assim, a presente propositura encontra-se de acordo com a ordem constitucional e legal, atendendo às normas regimentais desta Casa de Leis, bem como aos princípios da boa técnica legislativa.

Observa-se, ainda, que não contraria as normas tributárias, orçamentário e financeiras, e no tocante ao mérito não há nenhum impedimento ao seu regular trâmite, razão pela qual inexistem óbices para sua aprovação.

Ante o exposto, e reconhecendo a relevância social da presente proposição e estando conforme as normas procedentes, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** da Medida Provisória nº **02/2025**, na forma apresentada.

**É O PARECER.**

Sala das Comissões, em 13 de maio de 2025.



**Deputado OLYNTHO NETO**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



**DESPACHO**

As Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle e Administração Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, aprovou o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a).....*Olyntho Neto*.....referente ao(a) .....*M.P.* n° *02/2025*..., em Reunião Conjunta das referidas Comissões.

Encaminhe-se ao(a).....*Plenário*.....

Sala das Comissões,.....*3 de maio*.....de 2025.

*[Assinatura]*  
Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**MEMBROS EFETIVOS**

Dep. **VALDEMAR JÚNIOR**(*x*)

Dep. **EDUARDO MANTOAN**( )

Dep. **LEO BARBOSA**( )

Dep. **EDUARDO FORTES**( )

Dep. **CLAUDIA LELIS**(*x*)

Dep. **GIPÃO**(*x*)

Dep. **GUTIERRES TORQUATO**(*x*)

Dep. **CLEITON CARDOSO**( )

Dep. **MOISEMAR MARINHO**(*x*)

Dep. **JORGE FREDERICO**(*x*)

Dep. **OLYNTHO NETO**(*x*)

Dep. **VANDA MONTEIRO**( )

Dep. Dep. **MARCUS MARCELO**( )





**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**



## **DESPACHO**

Encaminhe-se o(a) **MP 02/2025**, a **COASP** para as devidas providências.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2025.

Assinatura manuscrita em tinta azul de Raimundo Alves Guimarães.

**RAIMUNDO ALVES GUIMARÃES**

Coordenador de Assitência às Comissões